

CURRÍCULO, PODER E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO PPC DO CURSO DE HISTÓRIA DA UECE (2022)

Ligiane Nunes Alves Ferreira¹; Francisco Egberto de Melo²

¹ Graduanda em Licenciatura em História – Universidade Regional do Cariri (URCA),
ligiane.nunes@urca.br

² Professor Doutor do Curso de História – Universidade Regional do Cariri (URCA),
francisco.melo@urca.br

Resumo

O presente artigo analisa a organização curricular do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a partir da distribuição dos diferentes núcleos formativos presentes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O trabalho faz parte de um projeto aprovado na seleção do edital 07/2023 FUNCAP PRO HUMANIDADES orientado pelo professor Dr. Francisco Egberto, executado na Universidade Regional do Cariri, intitulado “A formação de professores de história no ensino superior do Estado do Ceará frente às reformas curriculares e às demandas sociais (2023-2024)”. O objetivo do artigo consiste em examinar como está distribuída a carga horária do curso, identificando hierarquias, tensões e implicações para a formação inicial de professores de História. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, baseada na análise do PPC do curso, por meio da leitura sistemática das ementas e da categorização das disciplinas segundo a tipologia de saberes proposta por Mauro Cezar Coelho. A análise evidencia a centralidade dos conteúdos historiográficos na estrutura curricular, acompanhada por uma presença significativa de disciplinas voltadas à formação pedagógica e à prática de ensino. Os resultados apontam para a permanência de tensões entre a formação historiográfica tradicional e as demandas contemporâneas da formação docente, evidenciando os desafios de construção de um currículo mais integrado, crítico e comprometido com as realidades educacionais brasileiras.

Palavras-Chave: Currículo; Formação docente; Ensino de História;

Introdução

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) expressa as opções formativas, curriculares e institucionais que orientam um curso de graduação. No caso das licenciaturas, sua análise permite compreender como determinados saberes são selecionados, organizados e hierarquizados, revelando concepções de formação docente, currículo e educação.

Nesse sentido, este artigo analisa a organização curricular do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com foco na distribuição da carga horária entre diferentes tipologias de saberes presentes no PPC de 2022. Busca-se identificar as hierarquias entre os campos formativos e discutir suas implicações para a formação inicial de professores de História. A pesquisa parte da seguinte questão: em que medida a distribuição da carga horária no PPC da Licenciatura em História da UECE evidencia hierarquias entre saberes formativos e quais são os efeitos dessa configuração para a formação docente?

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, de natureza quantitativa-qualitativa, baseada no levantamento sistemático das disciplinas obrigatórias e optativas presentes no ementário do PPC (2022). As disciplinas identificadas foram organizadas em planilhas e classificadas segundo a tipologia de saberes proposta por Coelho (2018), que está detalhada no desenvolvimento, sendo os dados analisados tanto em sua dimensão estatística quanto em sua dimensão interpretativa.

A análise fundamenta-se na compreensão do currículo como um espaço de disputas e relações de poder. Nessa perspectiva, dialoga-se com Michel Foucault, para quem compreender o poder não como algo que se possui, mas como um exercício que se manifesta em uma rede de relações, atravessando práticas, discursos e instituições, conforme problematizado pelo autor em sua obra História da Sexualidade, Vol. I: *A Vontade de Saber*. Como também com Tomaz Tadeu da Silva (2015), que concebe o currículo como um território de produção de identidades e de legitimação de determinados conhecimentos.

“O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social [...] o currículo é um lugar, um

Assim, o currículo não apenas organiza conteúdos, mas produz hierarquias de saber, legítima narrativas e silencia outras.

No campo da formação de professores de História, essas disputas assumem centralidade, pois dizem respeito à forma como o conhecimento histórico é selecionado, interpretado e ensinado na educação básica. Nesse contexto, a análise do PPC da UECE permite problematizar como as diretrizes legais e os debates contemporâneos sobre diversidade, educação antirracista e pluralidade epistêmica se materializam ou não na formação inicial docente.

A escolha do curso da UECE justifica-se por sua relevância na formação de professores que atuam, sobretudo, na rede pública de ensino do Ceará, bem como por sua inserção no projeto de pesquisa “A formação de professores de História no ensino superior do Estado do Ceará frente às reformas curriculares e às demandas sociais (2023-2024)”, aprovado no edital 07/2023 FUNCAP – Pro Humanidades e desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA).

Desenvolvimento

1. Distribuição da carga horária do PPC de História da UECE

A análise do PPC da UECE permitiu classificar as disciplinas segundo as tipologias propostas por Coelho, possibilitando a elaboração de quadros sínteses, a exemplo:



TIPOLOGIA DOS SABERES	CARGA HORÁRIA (h)	%
Propedêuticas	68	2,1%
Historiográficas	918	28,3%
Teóricas	340	10,5%
Art. 26-A da LDB / ERER	170	5,2%
Patrimônio	170	5,2%
Formação Docente	425	13,1%
Interdisciplinares	136	4,2%
PCC	204	6,3%
Estágio Supervisionado	408	12,6%
TCC	204	6,3%
Optativas	204	6,3%
TOTAL	3247	100%

Fonte: Elaboração

própria, com base na ementa e dados do Projeto Pedagógico do Curso de História da UECE (2022).

Para analisar a organização curricular do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), adotou-se como procedimento metodológico a classificação das disciplinas conforme uma tipologia de saberes que permite compreender como os diferentes campos formativos se distribuem ao longo do currículo. Essa tipologia busca identificar os núcleos de formação que estruturam a licenciatura e evidenciar possíveis hierarquias entre os conhecimentos considerados centrais na formação do professor de História.

Assim, as disciplinas existentes na matriz curricular foram classificadas a partir das seguintes categorias: **a) Propedêuticas**, que correspondem às disciplinas de natureza instrumental, voltadas ao desenvolvimento de habilidades básicas para a formação acadêmica; **b) Historiográficas**, que englobam disciplinas relacionadas ao conhecimento histórico propriamente dito, organizadas por recortes temporais ou espaciais, como História Antiga, História Medieval, História do Brasil ou História da América;

c) **Teóricas**, que contemplam disciplinas voltadas à reflexão sobre o percurso da disciplina histórica e seus procedimentos metodológicos, incluindo Teoria da História, Historiografia e Metodologia da Pesquisa Histórica; **d) Disciplinas relacionadas ao cumprimento do artigo 26-A da LDB**, que envolvem conteúdos voltados à educação para as relações étnico-raciais, como História da África, História Indígena e Cultura Afro-Brasileira; **e) Patrimônio**, constituídas por disciplinas voltadas à preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural;

f) Formação Docente, que reúne os componentes curriculares ligados aos saberes pedagógicos e às metodologias de ensino de História; **g) Interdisciplinaridade**, que inclui disciplinas oriundas de outras áreas das ciências humanas; **h) Monografia**, referente às disciplinas voltadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso; **i) Prática como Componente Curricular (PCC)**, prevista nas diretrizes nacionais de formação de professores; **j) Estágio Supervisionado**, responsável pela inserção do licenciando no contexto da educação básica; **k) Optativas**, escolhidas pelos estudantes ao longo do curso.

De acordo com os dados obtidos, a matriz curricular concentra 38,8% da carga horária nas disciplinas historiográficas e teóricas, enquanto os componentes diretamente vinculados à docência, ao estágio e à PCC somam 32%, indicando a permanência de uma centralidade disciplinar na formação.

No que se refere à formação pedagógica, observa-se que as disciplinas classificadas como Formação Docente correspondem a 425 horas (13,1%), enquanto o Estágio Supervisionado soma 408 horas (12,6%) e a Prática como Componente Curricular (PCC) totaliza 204 horas (6,3%). Quando consideradas em conjunto, essas três dimensões representam aproximadamente 32% da carga horária do curso, indicando uma presença significativa dos componentes voltados à formação para o exercício do magistério.

Ainda assim, a distribuição da carga horária revela certa fragmentação entre os saberes historiográficos e os saberes pedagógicos, característica recorrente nos currículos das licenciaturas em História. Enquanto o núcleo historiográfico aparece concentrado em disciplinas específicas voltadas ao conteúdo histórico, os componentes pedagógicos tendem a se concentrar em momentos específicos do curso, especialmente nos estágios e nas disciplinas de didática.

Outro aspecto relevante diz respeito às disciplinas voltadas ao cumprimento das

legislações educacionais relativas à educação das relações étnico-raciais, que somam 170 horas (5,2%). Embora que, a presença dessas disciplinas representa um avanço em relação às demandas contemporâneas de inclusão curricular, sua participação ainda aparece relativamente limitada quando considerada a importância desses temas para o ensino de História na educação básica, o que dialoga com Coelho:

"Mais que a inclusão da história da África e da Cultura Afro-brasileira e da história dos Povos Indígenas, tal legislação propõe o redimensionamento da Memória e a alteração da orientação do currículo da história ensinada, de modo a estender a outros agentes e espaços agência, protagonismo e relevância. Isso significa não apenas a revisão do modo como a trajetória histórica nacional é percebida, mas o reconhecimento de que essa mesma trajetória está submetida a diferentes orientações que não exclusivamente à matriz europeia." (COELHO, 2019, p. 152)

As disciplinas relacionadas ao patrimônio histórico, também com 170 horas (5,2%), indicam uma preocupação com a formação voltada à preservação da memória e da cultura, ampliando o campo de atuação do historiador para além do espaço escolar. Por fim, componentes como interdisciplinaridade (4,2%), propedêuticas (2,1%), optativas (6,3%) e trabalho de conclusão de curso (6,3%) complementam a estrutura curricular, contribuindo para diversificar as experiências formativas ao longo da graduação.

De modo geral, a análise da carga horária evidencia que o currículo do curso de História da UECE mantém uma estrutura formativa em que os saberes historiográficos ocupam posição central, ainda que se observe um esforço institucional para fortalecer os componentes relacionados à formação docente. Essa configuração revela as tensões históricas presentes nas licenciaturas em História no Brasil, nas quais coexistem diferentes concepções sobre o papel do curso: formar historiadores ou formar professores de História?

Conforme problematiza Coelho (2018, p. 3), tal predomínio do núcleo historiográfico tende a reproduzir uma hierarquização dos saberes, na qual os conhecimentos pedagógicos e didáticos ocupam um lugar secundário, sendo frequentemente compreendidos como complementares ou acessórios à formação principal. Nesse sentido, ainda que o currículo da UECE apresenta um volume expressivo de componentes vinculados à formação docente, à prática como componente curricular e ao estágio supervisionado, observa-se que esses espaços permanecem, em grande medida, apartados do núcleo central da formação historiográfica.

Além disso, a reduzida presença dos saberes interdisciplinares no currículo limita as possibilidades de diálogo da História com problemáticas sociais contemporâneas, tais como memória, patrimônio, cultura, identidades e diversidade, uma vez que tais assuntos estejam incluídos nas disciplinas optativas do curso. Essa lacuna revela uma concepção de formação ainda fortemente disciplinarizada, pouco permeável às demandas de uma educação histórica comprometida com a pluralidade epistemológica e com a valorização das experiências socioculturais dos sujeitos.

Conclusões

A análise da distribuição da carga horária no PPC da Licenciatura em História da UECE evidencia a centralidade dos saberes historiográficos na organização curricular do curso. Embora os componentes ligados à formação docente, ao estágio supervisionado e à prática como componente curricular ocupem espaço relevante, sua disposição na matriz indica a permanência de uma formação ainda marcada pela segmentação entre saberes disciplinares e pedagógicos. Nesse sentido, o currículo revela tensões históricas das licenciaturas em História no Brasil, nas quais a formação do historiador frequentemente se sobrepõe à construção integrada da docência como eixo estruturante. Refletir sobre essa organização curricular, portanto, permite problematizar não apenas a distribuição da carga horária, mas também as concepções de formação que ela materializa.

Os dados demonstram que os saberes historiográficos representam a maior parte da carga horária do curso, correspondendo a 28,3% do total. Esse resultado evidencia que a formação oferecida prioriza o domínio dos conteúdos históricos e das abordagens historiográficas, reafirmando a importância da base disciplinar na formação do professor de História. Em seguida, destacam-se as disciplinas voltadas à formação docente, bem como aquelas relacionadas ao estágio supervisionado, que juntas ocupam parcela significativa da carga horária, indicando a preocupação institucional com a articulação entre conhecimento histórico e prática pedagógica.

Por outro lado, observa-se que alguns campos aparecem com menor representatividade no currículo, como os saberes propedêuticos e interdisciplinares, que correspondem a percentuais reduzidos da carga horária total. Ainda que essas áreas contribuam para ampliar as possibilidades de diálogo entre a História e outros campos do

conhecimento, sua presença mais limitada pode indicar que a formação permanece fortemente estruturada em torno de uma lógica disciplinar tradicional.

Outro aspecto relevante refere-se à presença das disciplinas vinculadas às políticas educacionais contemporâneas, como aquelas relacionadas ao Art. 26-A da Lei de Diretrizes Curriculares e à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). A inserção dessas disciplinas evidencia a incorporação, ainda que parcial, de debates fundamentais para a construção de uma formação docente comprometida com a diversidade e com a problematização das desigualdades históricas. Mas, ocupam espaço ainda reduzido no conjunto do currículo, isso evita soar apenas como constatação legal.

Dessa forma, a análise do currículo da UECE permite compreender que a formação de professores de História se constrói a partir de múltiplas camadas de saberes, envolvendo tanto o domínio da disciplina histórica quanto a preparação pedagógica e o diálogo com questões sociais mais amplas. Assim, refletir sobre a organização curricular torna-se um exercício fundamental para pensar os rumos da formação docente e os desafios colocados para a construção de uma educação histórica crítica, plural e socialmente comprometida.

Assim, a análise do currículo permite compreender que a formação docente em História permanece atravessada por disputas em torno da legitimidade dos saberes que compõem a licenciatura. Mais do que uma questão de distribuição horária, trata-se de compreender quais concepções de docência e de conhecimento histórico são privilegiadas na formação inicial.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

COELHO, Mauro Cezar. **A história indígena no ensino de história: princípios, desafios e perspectivas.** In: *Coleção História do Tempo Presente*. v. 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira; FREITAS, Itamar Freitas. **Formação do profissional de História na contemporaneidade.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 11–34, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura plena em História.** Fortaleza: UECE, 2022.

